

# O PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIOTERRITORIAL DAS FAMÍLIAS NO PROJETO DE ASSENTAMENTO INDEPENDÊNCIA: TERRITORIALIDADES E DISCURSOS ATIVOS EM TORNO DA LUTA PELA TERRA

*THE SOCIO-TERRITORIAL INSERTION PROCESS OF FAMILIES IN THE "INDEPENDENCIA" SETTLEMENT PROJECT: TERRITORIALITIES AND DISCOURSES AS ACTION AROUND THE STRUGGLE FOR LAND*

Hugo Arruda de MORAIS<sup>1</sup>

## RESUMO

Partindo de uma perspectiva de que o território é um espaço social criado por meio de relações conflituosas e ações que se manifestam através de discursos, o escrito ora apresentado fundamentou-se numa compreensão do processo inicial de inclusão socioterritorial das famílias assentadas no Projeto de Assentamento Rural (PA) Independência em Passira-PE, a partir dos discursos em torno da luta pela terra. Centramos nossas análises nas territorialidades presentes no período inicial de formação do assentamento, mostrando o processo de apropriação concreta e/ou simbólica do território do PA por parte das famílias assentadas. Nesse sentido, o texto foi composto pelas seguintes seções: a retoma da concepção de território, territorialidade e discurso que fundamenta a pesquisa; a noção de territorialidades ativas e sua relação com os discursos ativos; e, por fim, uma análise das territorialidades e dos discursos ativos no período inicial de formação do território do Projeto de Assentamento Independência.

**Palavras-chave:** Território; Territorialidade; Discurso; Discursos Ativos; Assentamento Independência.

## ABSTRACT

Believing that the territory is a social space established by conflictual relations and actions that are manifested through discourses, this paper is based on an understanding of the socio-territorial inclusion process of families settled in the "Independência" Rural Settlement Project (PA) in Passira-PE. We focus our attention in the concrete and/or symbolic appropriation process of PA territory by the settled families, analyzing their struggle for land discourses. In this sense, this text has the following sections: the resumption of territory, territoriality and discourse concepts; the notion of active territoriality and its connections with discourses; and, finally, an analysis of territorialities and discourses as action in the initial formation of the "Independência" rural settlement.

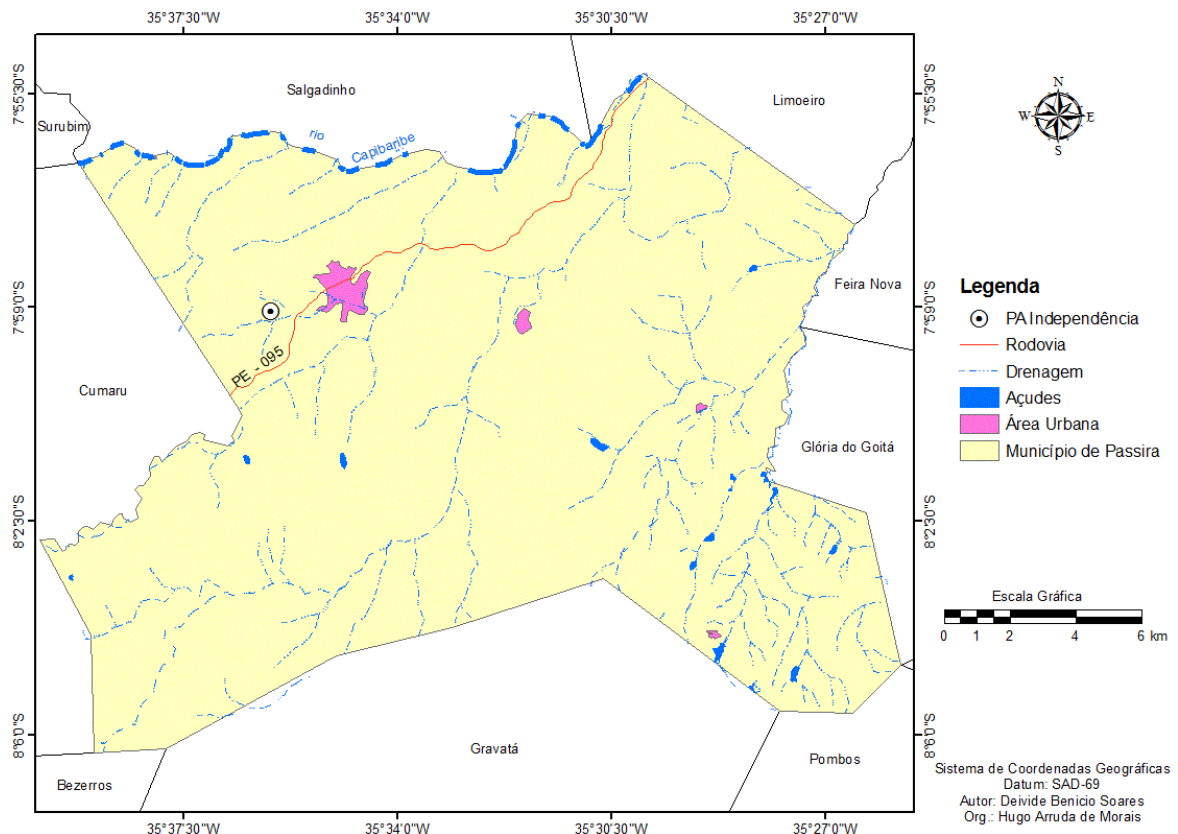
**Keywords:** Territory; Territoriality; Discourse; Discourse as action; "Independência" rural settlement.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia UFPE.  
E-mail: [hugo.geografia@yahoo.com.br](mailto:hugo.geografia@yahoo.com.br).

## 1. INTRODUÇÃO

O PA Independência, também conhecido como Assentamento Patativa do Assaré<sup>2</sup>, cobre uma área de mais de 365ha, tem capacidade territorial de assentar 29 famílias. Esse PA é resultado da desapropriação da Fazenda Independência, localizada no Sítio Borba, situada às margens da PE-95 (Figura 1), a uma distância de 1km do perímetro central da cidade de Passira-PE. O assentamento é dividido em 29 lotes familiares e uma área de reserva 365,5313 hectares nos quais cada família assentada conta com um total de 11ha, sendo 1ha de lote de moradia e 10ha de parcela individual para trabalhar na agropecuária.



**Figura 01:** Passira – Localização do PA Independência.

**Fonte:** Organização do autor.

Sendo implantado no ano de 2005, o assentamento é uma etapa do processo de *disputa territorial* que se estabelece na luta pela terra e na construção da Reforma Agrária (RA) em Passira-PE. Podendo ser compreendido a partir de três perspectivas: 1. Território da materialização da luta pela terra dos camponeses, empreendida junto ao Movimento dos

<sup>2</sup>Para o MST e os assentados, o território do Assentamento é chamado de Patativa do Assaré, mas para o INCRA ele é cadastrado no Pólo de Bom Jardim como Projeto de Assentamento Independência. Estamos partindo da nomenclatura utilizada pelo INCRA.

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); 2. Território fruto da intervenção do Estado; e 3. Território que possibilita novos processos de inclusão socioterritorial de famílias camponesas.

Como *materialização da luta pela terra*, o PA Independência é um exemplo de território que sintetiza os esforços das famílias de camponeses que, junto ao MST, lutaram pela obtenção da terra. Porém, para que o PA se torne um território de inclusão e de transformação, permitindo a superação da condição de camponês explorado e produzindo efeitos significativos na vida dos sujeitos, é necessário que as próprias famílias sejam os verdadeiros protagonistas da luta pela terra e pela RA (MARTINS, 2003).

É a partir da capacidade de construir o seu próprio território, por meio de práticas de identidade, representação, autonomia e autogoverno que cada assentado passará pelo processo de ressocialização socioterritorial, inserindo-se na sociedade como cidadão participativo. Para isso, faz-se necessário a compreensão de todas as dimensões que envolvem a luta pela terra e pela RA (STEDILE, 2005).

Assim, voltamos para uma análise da participação e capacidade de organização dos territórios dos PA por parte das famílias assentadas no processo inicial de construção do seu território. Tendo por base a luta pela terra, procuramos compreender, por meio dos discursos, se há de fato uma inclusão socioterritorial contínua e participativa. Tal percurso caminhará por uma análise que perpassará uma relação (indissociável) entre território e discursos em torno da formação inicial do PA Independência.

Como o caminho de análise perpassará os discursos das famílias em torno das ações na luta pela terra, optamos pelo procedimento metodológico apresentado pela Análise Crítica do Discurso - doravante ACD. O que, para nós, tornou-se atrativo uma vez que permite uma análise do discurso centrada na análise textual.

## **2. TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E LINGUAGEM**

Pensar no território, segundo Raffestin (1993), é pensar nas práticas espaciais dos atores sociais, no processo de produção das tessituras, por meio de relações de poder, mas também, por um sistema de comportamentos e ações que se manifestam pela linguagem.

Entre os aspectos na abordagem relacional proposta por Raffestin (1993) que se tornou central enquanto aporte teórico da pesquisa de doutoramento que embasa esse trabalho, refere-se à possibilidade de considerar o território como uma ligação do mundo “*real, o das sensações e o das representações*” (RAFFESTIN, 1993, p. 50), a partir de territorialidades. Estas constituem uma série de comportamentos e ações que tem origem no sistema tridimensional, *sociedade-espaço-tempo*, que trazem questões da significação, dos signos da vida cotidiana, das expressões

do presente, do vivido, bem como do que é percebido e sentido no processo de apropriação do espaço pelos sujeitos (RAFFESTIN, 1993).

Esse é um aspecto interessante de sua visão, pois apresenta a territorialidade como materialidade e, concomitantemente, imaterialidade. Para o autor, as ações humanas são relacionais e dinâmicas, podendo ser percebidas, representadas e sentidas pelos sujeitos nas suas relações cotidianas.

Por isso, uma das questões que não podem ser negligenciadas, no que tange à relação entre espaço e território, a partir das territorialidades, refere-se aos *aspectos semiológicos*. Daí porque ao estudar o território, Raffestin (1993) retoma questões ligadas à religião, às tecnologias e, principalmente, à *língua*. Esta, concebida como um instrumento do poder, estratégia de ação do sujeito no espaço e possibilidade de representação e intenções.

Aspecto central no existir dos sujeitos, a língua carrega em si os embates das relações sociais, mostrando a complexidade e o acontecer da sociedade. Possuindo conteúdo, práticas e um lugar no espaço. Ao mesmo tempo, a língua apresenta estratégias, códigos, componentes espaciais e temporais: “*A língua resulta do trabalho humano, é produto que se troca e que é, em consequência, objeto de relações*” (RAFFESTIN, 1993, p. 37).

Ao usar a língua, age-se no espaço, buscando-se satisfazer necessidades, finalidades, objetivos e estratégias para concretizar planos. Essa perspectiva afirma que as palavras são uma forma de manifestar as relações humanas na construção do território: “*As palavras e as mensagens não existem na natureza, pois são produtos humanos. Eis por que se pode falar em trabalho humano linguístico [...] A linguagem é trabalho humano e as línguas constituem a objetivação necessária*” (RAFFESTIN, 1993, p. 99).

Nesse sentido, da mesma maneira que o território é um *trunfo*, a língua<sup>3</sup> também o é, já que tem significado. Desse modo,

[...] a língua é um recurso, um trunfo, e por consequência está no centro de relações que são, *ipso facto*, marcadas pelo poder. Se a língua é um trunfo, do mesmo modo que um outro recurso qualquer, é preciso analisá-la nessa perspectiva (RAFFESTIN, 1993, p. 98).

Toda atividade linguística se desenvolve no espaço, fazendo o seu uso ser uma mediação entre as várias relações sociais, principalmente, as mediadas pelo poder.

A linguagem ou as linguagens são meios para mediatizar relações políticas, econômicas, sociais e/ou culturais num dado lugar e por uma duração específica. Ou melhor, toda mediação linguística é submetida por uma relação extralinguística no qual circula o poder consubstancial a toda relação. A

---

<sup>3</sup> É importante destacar que língua e discurso são entendidos aqui como sendo sinônimos. Em entrevista ao autor deste trabalho, realizada durante o Estágio de Doutorado Sanduíche na Università di Bologna, na Itália, no período de Julho/2015 a Março/2016, Claude Raffestin confirma ser língua e discurso a mesma coisa.

linguagem, como sistema sêmico, não é lugar de poder mas, ao contrário, manifesta poder (RAFFESTIN, 1993, p. 100).

Logo, toda língua mantém relações de poder no processo comunicacional. Isto porque está presente em todas as ações, mas principalmente no campo da comunicação: *“Todo poder se exerce num campo de comunicação; toda comunicação se manifesta no campo de um poder”* (RAFFESTIN, 1993, p. 50).

Daí porque a língua é um instrumento como qualquer outro para o agir no espaço, pois passa a ser um recurso utilizado no processo de dominação da realidade pelos sujeitos. O que faz com que todo território seja composto por um sistema de ações, práticas, conhecimentos que se sustentam por um sistema de códigos, signos, significados, imagens e representações, a partir do poder presente no ato comunicacional. Isto se dá através das relações semânticas, ou mais especificamente das relações de poder estabelecidas pelo uso da linguagem para representar o espaço: *“É preciso, pois, compreender que o espaço representado é uma relação e que suas propriedades são reveladas por meio de códigos e de sistemas sêmicos. Os limites do espaço são os do sistema sêmico mobilizado para representá-lo”* (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Dessa forma, o espaço passa a ser apropriado em território a partir do ato da comunicação, pela qual a linguagem vai transmitir todo este acontecer:

Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle. Portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. Todo projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que, é claro, supõem a posse de códigos, de sistemas sêmicos (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Essas imagens dão sentido ao espaço, possibilitando, portanto, as ações dos sujeitos na apropriação deste em território.

A imagem ou modelo, ou seja, toda construção da realidade, é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem. Uma imagem, um guia de ação, que tomou as mais diversas formas. Até fizemos da imagem um "objeto" em si e adquirimos, com o tempo, o hábito de agir mais sobre as imagens, simulacros dos objetos, do que sobre os próprios objetos (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Raffestin (1993) tentou mostrar que no ato de construção e apropriação do território, a partir da fala, cria-se uma representação da realidade que não esgota o conteúdo do espaço. Mas, antes, mostra uma intenção de ação no espaço. O que faz com que o território seja construído, imaginado, vivido e/ou visto a partir de um ato comunicacional: *“[...] o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, o espaço visto e/ou vivido. É em suma, o espaço*

*que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação”* (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

Essa argumentação do autor mostra que o território acontece, primeiramente, de forma imaterial, a partir do uso da língua, para depois se tornar real. Em trabalho mais recente, Raffestin (2009), ao fazer uma discussão entre território e paisagem, apresentou elementos, dando continuidade para a compreensão desse debate.

Ao explicar o processo de territorialização como apropriação material e imaterial do espaço, o autor apresenta um modelo de representação da produção territorial. Ao fazer uma descrição, aponta algumas variáveis: atores (individuais e coletivos), mediadores materiais (instrumentos diversos e/ou imateriais, conhecimento e/ou algoritmos à disposição do ator), programa do ator (conjunto de intenções e objetivos/metapas), relação ator e ambiente (RAFFESTIN, 2009).

Nessa discussão, o território é a base material e a territorialidade compreende as relações imateriais. Raffestin (2009) reafirma a abordagem do território como sendo um “*mundo material*” que se oferece à imaginação e à imaterialidade dos sujeitos, tomando diferentes formas de representação, pela qual a linguagem possui um papel fundamental. Portanto,

Os territórios constituem o mundo material percebido e se tornam a ‘matéria-prima’ oferecida à imaginação, para ser ‘trabalhada’ e produzir imagens ou representações que podem ser manifestadas através de diversos tipos de linguagem: a língua natural para representação literária, a linguagem gráfica para o desenho e pintura, a linguagem plástica para a escultura, a linguagem sonora para a representação musical, as diversas linguagens, simbólicas, lógico-formais e/ou matemáticas (RAFFESTIN, 2009, p. 33).

A língua, no seu uso, possibilita criar representações do território, ao mesmo tempo em que a paisagem passa a ser um produto da observação e da imaginação do homem. Assim afirmou o autor:

Con la progettazione di un linguaggio si raggiunge la rappresentazione [...] La conseguenza di questo processo è evidente: partendo da una stessa realtà e modificando il sistema Sg(ambiente fisico e sociale)/Li (linguagi) è possibile inventare diversi paesaggi (RAFFESTIN, 2009, p. 30).

Da mesma forma que a paisagem criada pode ser uma manifestação para uma nova territorialidade, uma vez que o que é dito e as ações dos mediadores possibilitam novos olhares sobre a realidade: “*lo sguardo è elemento costituente della territorialità senza però essere quasi mai un elemento esplicito. [...] La qualità dell’osservatore è condizionata dalla qualità e dalla quantità dei mediatori a sua disposizione*” (RAFFESTIN, 2009, p. 30).

Ao fazer uma releitura de Raffestin, Saquet (2013) confirma essa perspectiva de ver a paisagem como uma representação do território, através da linguagem. Para este autor, o território é fruto das ações do homem no espaço e a territorialidade é a parte imaterial,

acontecendo, também, na mente, permitindo que a língua se transforme em paisagem. Sendo assim,

[...] um território pode não ter paisagem, ou representação. Esta acontece na mente. A contemplação é transformada, pela linguagem (escrita, gráfica, pintura, música, matemática...) em paisagem, que significa a interpretação do indivíduo e depende do lugar em que ele vive e do momento em que ele vive (SAQUET, 2013, p. 144).

Com isso, podemos afirmar que a abordagem semiológica apresentada por Raffestin (1993, 2009) no processo de análise de construção do território revela seu interesse pelo entendimento da multiterritorialidade humana. Essas relações imateriais revelam as relações de poder estabelecidas e presentes no processo de produção do território. Fazem surgir vários territórios e, conseqüentemente, várias imagens das frações do espaço. Falar de território é falar de poder, e também de sistemas sêmicos, de linguagem:

As imagens territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-se que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas e grandes, encontram-se atores sintagmáticos que produzem o território. [...] Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios. Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder. [...] Sem linguagem, não há leitura possível, não há interpretação e, portanto, nenhum conhecimento sobre a prática que produziu o território (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Dessa forma, concordamos com este autor quando afirma que as relações de poder presentes na linguagem são fundamentais para o entendimento do processo de produção, apropriação e uso do território. Raffestin (1993) entende que a linguagem dos sujeitos conduz a certas formas de relações ou comportamentos, pois essa linguagem é um dos componentes indispensáveis para a compreensão das territorialidades de atores sociais (RAFFESTIN, 1993).

### **3. A NOÇÃO DE TERRITORIALIDADE**

O esquema teórico-conceitual que apresentamos até o momento parte da perspectiva de entender o território como um produto social das relações de poder estabelecidas entre os sujeitos no processo de apropriação do espaço. Neste processo, a linguagem se constitui como uma estratégia de ação, possibilitando a construção de representações e imagens do território (RAFFESTIN, 1993). Por isso, torna-se fundamental retomar a noção de territorialidade.

Por territorialidade, compreendemos, em Raffestin (1993), o agir social exercido a partir da mediação simbólica, cognitiva e prática. É uma intenção mediadora de organização

territorial. Ou seja, é um conjunto de relações, comportamentos e ações de sujeitos em frações da realidade (RAFFESTIN, 1993).

Conforme aponta o autor, a territorialidade é a relação tridimensional entre *sociedade-espaço-tempo*. Não é um vínculo simples entre o sujeito e o espaço, antes, é uma relação conjunta da realidade espacial e os vários atores agindo em conflito e interação. Isso a torna um fenômeno social, não sendo um objeto, mas uma relação de troca de energia e informação. Também, não é um dado físico e material.

Dáí porque as territorialidades constituem as práticas que usam e delimitam o espaço, a partir de recortes do espaço. Tais recortes possibilitam a formação de *nós* e a construção de *redes*: *“Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma produção territorial que faz intervir tessitura, nó e rede”* (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

Assim, Raffestin (1993) aponta a territorialidade como multidimensional e inerente à vida social. Dando-se a partir das relações de mediação dos indivíduos em seus territórios, portanto, a

[...] territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

É importante que fique claro que a territorialidade não é uma relação simples com o espaço, mas entre sujeitos na sua realidade. Num cotidiano e na interação local dos outros atores.

A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Por isso, são caminhos que permitem a compreensão das relações humanas. Criando, inclusive, a construção das representações, imagens e refletindo as intenções dos sujeitos no espaço, por meio da comunicação (RAFFESTIN, 1993). Possibilitando também, o entendimento das percepções, dos sentidos e das ações coletivas, conflituosas e mediadas por um sistema simbólico.

A territorialidade é uma soma de relações *“bio-sociais”*, é dinâmica, simétrica, dissimétrica e multiescalar. É o lado da vida do homem no seu existir, a *“face vivida”* do poder.

Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 161).



Dessa forma, entender a organização da sociedade no espaço é entender as diversas formas de territorialidades, que se estabelecem de forma material e imaterial e entre homens e seus contextos históricos e geográficos: “*Eis por que relações reais realocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal*” (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

Em trabalho mais recente, Raffestin (2009) reafirma a concepção de que todo território implica numa territorialidade possível. Ao mesmo tempo, cada novo recorte espacial é constituído a partir de certas relações culturais.

Ogni nuovo territorio implica l'esistenza di una territorialità e di possibili trasgressioni, perché l'esistenza di un territorio e di una territorialità è legata ad una cultura e ad un atteggiamento e dunque ad un insieme di relazioni che costituiscono una territorialità (RAFFESTIN, 2009, p. 22).

Nessas relações, espaço e tempo permitem que a territorialidade evolua num ritmo diferente para cada território: “*Ciò significa che un territorio è di solito imperfetto: è una concretizzazione non compiuta per l'effetto delle scale di spazio e di tempo che fanno sì che la territorialità si sviluppi ad un ritmo differente da quello del territorio*” (RAFFESTIN, 2009, p. 22).

Ao mesmo tempo, o território não é contemporâneo à territorialidade, já que é constantemente reestruturado de acordo com o desenvolvimento de novas ações: “*Una cosa importante da dire è che il territorio non è mai contemporaneo della territorialità che vivi si svolge. In modo continuo, il territorio è ristrutturato per permettere lo sviluppo delle nuove forme di territorialità*” (RAFFESTIN, 2009, p. 22).

Uma perspectiva não diferente da de Raffestin é a apontada por Governa (2005), ao apresentar uma concepção de território como constitutivo de fenômenos e de atividades humanas, centrando seu debate em torno do desenvolvimento local<sup>4</sup>. Nesta abordagem, o território é apropriado por sujeitos em suas *territorialidades ativas*.

Segundo tal perspectiva, faz-se necessário analisar o território e suas dimensões, a partir da interpretação dos sistemas locais de governança e das ações territoriais. Assim,

[...] facciamo ormai parte della 'scatola degli attrezzi' delle scienze sociali per l'interpretazione dei sistemi locali e delle azioni di governanta che si realizzano al loro interno, spesso le politiche urbane e territoriali appaiono rivolte al raggiungimento di obiettivi del tutto avulsi dal riferimento al territorio in cui e su cui agiscono. Il territorio rimane cioè una dimensione nascosta, anche perchè non è mai del tutto esplicitato il significato complesso e polisemico di questo concetto (GOVERNA, 2005, p. 43).

Nesse caminho, a “*territorialità umana*” é um componente central para se entender a relação *sociedade-espaço-território*, uma vez que se tornam um conjunto de ações e práticas dos sujeitos (coletivos e locais) em torno do processo de uso e apropriação do território (GOVERNA,

---

<sup>4</sup> Há uma centralidade do território (“*centralità del territorio*”) nos debates italianos que envolvem questões de desenvolvimento. O conceito e as interpretações em torno do território e das ações dos atores locais no seu processo de transformação coloca esse conceito como categoria de análise e operativa em torno desse debate.

2005). Desse modo, a territorialidade é apontada como um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço geográfico, conectando as características do território ao comportamento dos indivíduos.

Com isso, a territorialidade torna-se uma expressão geográfica do poder social, do controle e da estratégia espacial para o domínio de recursos de uma área. Sendo fruto da interação entre homem e espaço, permite que o território seja organizado e influenciado por comportamentos e ações dos indivíduos<sup>5</sup>. Processo que conduz a territorialidade a três características bem distintas: “*identità spaziale, esclusività e compartimentazione*” (GOVERNA, 2005, p. 45).

Governa (2005), corroborando com a concepção já apontada por Raffestin (1993), aponta a territorialidade humana não como um vínculo simples entre sujeitos e o espaço, mas como uma relação conjunta destes, dentro de ações de conflito e interação: “*La territorialità umana, quindi, non è data dal semplice legame di un soggetto sociale con lo spazio, ma deriva dalla relazione congiunta con lo spazio e con gli altri soggetti sociali*” (GOVERNA, 2005, p. 45). O que permite a ocorrência do processo de territorialização e (re)organização do território de forma contínua.

A autora está em concordância não só com o pensamento de Raffestin, mas também com as concepções de Giuseppe Dematteis (2005) ao apontar a territorialidade como um movimento de existir dos sujeitos. Uma existência que passa pela estruturação do ambiente físico-natural em território, numa interação do sujeito com o seu lugar de vida.

Para Dematteis (2005), não só o território mas também a territorialidade, ambos ganham centralidade a partir da junção entre sociedade e meio ambiente. A ação humana é uma forma de interação entre os sujeitos e seu “*milieu locale*”, num processo de coesão sociocultural e ambiental. Trata-se de

[...] una concezione di territorio che inserisce queste componenti socio-culturali in una più ampia visione sistemica, comprendente tutte le altre componenti che nel corso della storia naturale e umana hanno variamente dotato i luoghi di risorse specifiche (DEMATTEIS, 2005, p. 10).

Nessa relação entre sociedade e natureza, a noção de território como um “*recurso*” é justificada já que a própria territorialidade, como um componente das relações socio-culturais e ambientais, existe como ações e práticas dos sujeitos locais no seu território de vida (DEMATTEIS, 2005).

Governa (2005) também destaca as territorialidades como capazes de delimitarem o espaço, materializando os projetos, as intenções e as vontades dos vários sujeitos, a partir de

---

<sup>5</sup> A perspectiva de Governa (2005) coloca a análise das territorialidades dentro do quadro local, passando pela concepção do lugar como possibilidade de desenvolvimento, a partir da transformação imposta pelo próprio sujeito.

seus vários níveis escalares e extralocais de atuação. O território é o lugar da ação e as territorialidades são o conjunto dessas práticas no espaço. Daí porque se apresentam como (i)materiais e fruto de relações “*trasculari, multitemporali e multicentriche*” (GOVERNA, 2005), em que o Estado-nação constitui um ator que atua na construção dos recortes territoriais por meio de suas territorialidades e que vão desde o nível local e nacional e dos demais sujeitos por meio de ações conjuntas de “*de-territorializzazione e ri-territorializzazione*” ao nível mais local (GOVERNA, 2005).

Com isso, as territorialidades ligam uma multiplicidade de escalas territoriais, de quadros sociais e culturais de indivíduos, organizações e atores nas suas relações de poder. Isso permite que a *territorialidade contemporânea* seja analisada em níveis mais complexos e a partir de três processos: *a)* a dinâmica temporal, a qual faz referência ao passado para servir de base a novas transformações; *b)* a dinâmica espacial, que dá novos significados e novas práticas ao uso do espaço e a *c)* dinâmica da ação política, que dá importância à construção social de novos territórios.

Segundo ainda Governa (2005), cada ator social, Estado, Empresa, ONG, famílias, pequenas comunidades, possuem suas territorialidades, ou seja, seus modos de ação no espaço. Desse modo, tal como já se disse antes, o território passa a ser uma construção social múltipla, fruto das práticas coletivas, possibilitando, inclusive, a construção de novos espaços a partir de embates por diferentes territorialidades.

Isso permite que as mudanças nas dimensões das territorialidades no processo de globalização afetam diversas perspectivas de se olhar o território (GOVERNO, 2005). A territorialidade dentro do contexto socioespacial de um mundo globalizado pode ser interpretada a partir de lógicas escalares diversas. Nessa concepção, o território não existe entra como simples espaço de localização de fenômenos e atividades, mas como espaço multidimensional.

Non solo quindi la dimensione fisica e spaziale, fra il singolo e il tutto, ma anche la dimensione politica, dei valori, degli interessi, della capacità di comportamento collettivo. In questo modo, la dimensione territoriale inter non già come semplice spazio di localizzazione di fenomeni e attività, ma come connessione fra la dimensione identitaria, la dimensione politica, la dimensione economica, la dimensione simbolica e di mobilitazione sociale, la dimensione temporale (GOVERNA, 2005, p. 54).

O que faz com que o território não seja fruto de ações que se estabelecem em escala a nível nacional, mas também por meio de relações locais, numa dimensão mais cotidiana, enquanto espaço de vida dos sujeitos. Passando a ser visto a partir de interações múltiplas, não só física, espaço-temporal, mas também de políticas, valores, interesses, comportamentos coletivos e das identidades locais (GOVERNA, 2005). O que valoriza o território e a territorialidade local como condições para a existência dos sujeitos na sua realidade e do

reconhecimento de aspectos diversos: econômico, político-institucional, cultural e de construção de identidade e do ponto de vista de governança territorial (GOVERNA, 2005).

É importante que fique claro que esse percurso teórico está centrado na problemática que envolve a realidade socioespacial e territorial do município de Passira-PE, a partir do PA Independência. Nossa preocupação é compreender de que forma acontece o processo de inserção socioterritorial das famílias assentadas na construção dos Projetos de Assentamentos Rurais em Passira-PE, a partir de seus discursos. Por isso, é importante o resgate dos discursos – como ativos ou passivos – das famílias envolvidas na luta pela terra para caminharmos nas práticas sociais em torno da RA e do PA no município em epígrafe, a partir dos territórios de vida. Isso permite refletir sobre o agir passivo desses sujeitos no território.

#### 4. AS TERRITORIALIDADES ATIVAS

A concepção de *territorialidades ativas* toma por base a contribuição de Governa (2005). Para a autora italiana, o sujeito local atua como um *“attore territoriale”*, a partir de relações multiescalares e multidimensionais com os demais outros. Portador de práticas e consciência, e tendo como referência suas identidades, encontra lógica e respaldo para justificar suas ações, no seu próprio território de existência, tornando-se um construtor.

I soggetti locali sono cioè pensati in relazione alle azioni, cioè come portatori di una intenzionalità che torva la sua logica nel riferimento al territorio. Essi agiscono come portatori di pratiche e di conoscenze, ‘costruttori’ di territorio e di nuove logiche di riferimento identitario ai luoghi (GOVERNA, 2005, p. 54).

Com isso, o território local é uma *“construção social”* que deriva da mobilização de grupos, de ações coletivas, por meio de interesses, interações, confrontos, cooperação e conflitos (GOVERNA, 2005).

Essa perspectiva está muito próxima da apontada por Dematteis (2005). O autor, ao falar de territorialidades ativas, afirma serem ações que permitem interações dos sujeitos em seus lugares, a partir de processos de cooperação, confiança, ajuda mútua, etc. O que faz com que o território se apresente como uma oportunidade de construção, um lugar de vida e de uma série de relações sociais que possibilitam interações:

[...] il luogo non è più assunto come una realtà data, rigidamente individuabile e delimitabile sulle carte, ma come un divenire possibile, un costruto sociale che deriva dalla interazione fra i soggetti e le componenti, materiale e immateriali, del territorio (DEMATTEIS, 2005, p. 21).

Assim, a noção de *“comunità”* ganha atenção e se valoriza, como também, a concepção de lugar passa a ser vista como uma unidade do território, a partir da noção de patrimônio e identidade: *“Particolarmente interessante sono, a questo riguardo, sia il dibattito Internazionale*

*sul concetto di luogo (lieu, place), sia le riflessioni che portano a considerare il territorio in termini patrimoniali e identitari” (DEMATTEIS, 2005, p. 21).*

O território não é fruto somente das ações globais/exógenas, mas também é fruto das ações e das práticas locais dos sujeitos que ocupam o território local. Com isso, os territórios locais passam a ser lugares “*emergentes*”, não sendo simplesmente espaços de localização e dinâmica global ou nacional. Mas, como territórios “*insurgentes*” em frente à economia e às redes globais ou nacionais, constituindo uma “*nuova geografia della resistenza*” (GOVERNA, 2005). É desses territórios que surgem identidades locais com potenciais processos de mudanças.

Dáí fundamenta-se a concepção de territorialidade ativa, a partir de sujeitos ativos, com ações coletivas e de identidades locais. A *territorialidade ativa* está ligada, portanto, à capacidade do sujeito coletivo, por meio de suas ações e comportamento, no uso e apropriação do espaço, construir identidades locais e um projeto novo para o território. Assim sendo,

[...] della forma della territorialità porta cos'è interrogarsi sulla capacità/possibilità dei soggetti di forgiare la propria identità attraverso una azione di tipo territoriale; sul processo attraverso cui un'azione territorializzata, cioè territorialmente radicata o ancorata, sia in grado di costruire identità territoriale e soggetti attivi; e, ancora, sul progressivo slittamento dalla logica dell'appartenenza passiva e data a un certo luogo verso la logica progettuale e attiva, in cui l'identità territoriale si costruisce nell'azione collettiva dei soggetti locali (GOVERNA, 2005, p. 55).

Para Governa (2005), o entendimento da “*geografia da territorialidade*” não acontece pela descrição do espaço, mas das práticas e da utilização dos recursos presentes no espaço pelos sujeitos que o constroem. Dessa forma, a *territorialidade ativa* torna-se a capacidade de valorização dos recursos presentes no espaço e dos atores que constroem o território, através de suas estratégias e dos alcances de autonomia local<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Compreendemos que é dessa perspectiva de *territorialidade ativa* que se pode pensar em autonomia do sujeito local, ou seja, na capacidade do sujeito ter controle do processo de construção do seu território. Numa perspectiva bem próxima da já apontada por Raffestin (1993), apreendemos a territorialidade como uma ação do sujeito no espaço, visando a ter sua autonomia: “[...] a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Autonomia no sentido de garantia de condições econômicas, políticas e culturais<sup>6</sup>. Mas, acima de tudo, como conservação da identidade de uma coletividade, na possibilidade de escolhas e na capacidade de dominação do território (RAFFESTIN, 1993). Segundo o autor, o verdadeiro desenvolvimento no território é aquele que leva a autonomia e a verdadeira liberdade: “Il est vrai que le Brésil avec le parti des travailleurs est sur la bonne voie, surtout avec le développement des politiques publiques, mais le problème est moins l'accès à la quantité qu'à la qualité des services. Etant entendu qu'il y a encore beaucoup de problèmes pour l'accès à la quantité. Le véritable développement réside dans la croissance de l'autonomie: l'autonomie étant la capacité de faire des choix. Peut-être est-ce la vraie liberté. Quelle est l'autonomie d'un paysan du Nord-Est brésilien? Quels choix libres peut-il faire? Je ne réponds pas à la question car vous y répondrez beaucoup mieux que moi. Il y a un autre moyen de juger du développement qui est une forme de raisonnement marginaliste: c'est de se dire qu'on ne vaut pas plus que le plus maltraité de la collectivité: si je suis un riche carioca, je ne vauds pas plus que le plus pauvre des bidonvilles. Mais en général on ne se pose pas ces questions...car elles dérangent. Le réel développement c'est lorsque la réalité est au niveau de la...statistique...” (RAFFESTIN, 2013, p. 178).

As perspectivas apresentadas até aqui constroem um caminho teórico que faz entender o território como sendo um produto/construção social e que envolve uma série de comportamentos e ações dos sujeitos no seu espaço de vida. Ao mesmo tempo, nos faz entender que as territorialidades são práticas sociais chaves para a compreensão da produção e das disputas territoriais, principalmente das famílias assentadas em seu cotidiano. É por meio das territorialidades que podemos interpretar se há um processo de inserção territorial das famílias assentadas no PA Independência em Passira-PE.

Nessa perspectiva, a partir da espacialização e territorialização da luta pela terra, o camponês sem-terra pode chegar mais perto da realização de seu sonho: *ter um pedaço de terra*. O que permitirá novas territorialidades que visem a inclusão socioterritorial. Onde o discurso é um caminho de análise desse processo.

Por isso, cabe agora trazer ao debate o que venha ser territorialidades discursivas.

## 5. AS TERRITORIALIDADES E OS DISCURSOS ATIVOS E PASSIVOS

Para compreender as territorialidades ativas das famílias assentadas em torno do processo de inserção socioterritorial no PA Independência na fase inicial, ou seja, a partir da luta pela terra, faz-se necessário entender que a territorialidade pode acontecer enquanto discurso. O que nos leva à compreensão das *territorialidades discursivas*<sup>7</sup>. Estas, enquanto *dimensão espacial do discurso*, são as ações dos sujeitos em torno do processo de uso e apropriação do território, numa relação entre grupos humanos e seu ambiente, por meio da linguagem.

Como as territorialidades acontecem por meio de sujeitos passivos e ativos, como aponta Dematteis (2005) e Governa (2005), as *territorialidades discursivas* podem e devem acontecer de forma ativa e passiva.

Por isso, compreendemos que as territorialidades discursivas podem ser definidas por meio de *discursos passivos* e *ativos* dos sujeitos em seus territórios de vida: *Discurso Ativo* é uma manifestação da linguagem sobre o espaço e que apresenta em sua constituição marcas que caracterizem ações e comportamentos ativos dos sujeitos coletivos no processo de uso, apropriação e construção do território; *Discurso Passivo ou Negativo* é uma manifestação da linguagem sobre o espaço e *não* que apresenta em sua constituição marcas que caracterizem ações e comportamentos ativos dos sujeitos coletivos no processo de uso, apropriação e construção do território.

---

<sup>7</sup> É importante que fique claro que não estamos trazendo aqui um conceito novo para a análise do processo de apropriação e construção de territórios. Mas, estamos buscando fazer uma associação, com o mínimo de esforço teórico, da possibilidade das ações humanas no espaço serem analisadas por meio dos discursos dos sujeitos.

Os *discursos ativos* vão conter traços de práticas sociais inovadoras dos sujeitos em seus territórios, apresentando novas formas de saber e utilização dos recursos locais presentes no território, retratando ações e comportamentos positivos (DEMATTEIS, 2005) que conduzem os sujeitos locais a manterem um maior controle na construção do território por meio da autonomia (GOVERNA, 2005), maior capacidade de se autorepresentar e autoprojetar (DEMATTEIS, 2005), como também da maior capacidade de autogestão e autogoverno (MAGNAGHI, 2010).

Nessa perspectiva, as condições para a existência de discursos ativos nesse território se faz real a partir do momento em que o território do PA Independência é resultado das ações, do aprendizado e da assimilação desse processo de luta pela terra etapa, pois foi nessa fase que se iniciou a busca pela cidadania e melhores condições de vida.

## 6. A TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DISCURSOS

Para tal, optamos pelo procedimento metodológico apresentado pela Análise Crítica do Discurso (ACD).

Na realidade, a ACD constitui-se em um método qualitativo e é uma abordagem crítica entre as várias vertentes de Análise do Discurso<sup>8</sup>, tendo como objetivo central a análise textual, levando em conta a *descrição, interpretação e explicação* das práticas sociais materializadas no texto como caminhos do processo investigativo. Essa abordagem crítica sobre a linguagem tem os estudos de Norman Fairclough – com destaque para os trabalhos *Language and Power* (1989), *Discurso e mudança social* (2001) e *Analysing discourse: textual analysis for social research* (2003) – como referências principais aqui tomadas.

Destacamos dois aspectos que são pertinentes à pesquisa qualitativa dentro do quadro da ACD: 1. análise do discurso mais linguisticamente orientada e centrada no texto e 2. abordagem que busca investigar o papel da linguagem no processo de mudança social, entendendo o discurso como um modo de ação e uma prática social (FAIRCLOUGH, 2001). Por meio dela, buscamos revelar o que está oculto na fala dos sujeitos – famílias assentadas – no processo de produção e apropriação do território, para intervir socialmente<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Com relação a outras concepções ou vertentes da Análise do Discurso, buscar autores como Michel Pêcheux ou Van Dijk.

<sup>9</sup> Uma vez que Fairclough (2001) parte da perspectiva que os discursos geram efeitos sociais na sociedade, possibilitando mudanças sociais: *“Hoje, os indivíduos que trabalham em uma variedade de disciplinas começam a reconhecer os modos como as mudanças no uso linguístico estão ligadas a processos sociais e culturais reais amplos e, conseqüentemente, a considerar a importância do uso da análise linguística como um método para estudar a mudança social. Mas ainda não existe um método de análise linguística que seja tanto teoricamente adequado como viável na prática. Meu objetivo principal neste livro é, portanto, desenvolver uma abordagem de análise linguística que possa contribuir para preencher essa lacuna – uma*

A ACD parte de uma perspectiva teórico-metodológica tridimensional: *texto, prática discursiva e prática social*, em que tanto texto como a prática social são partes em conexão com o discurso dos sujeitos, mantendo ligações e sustentando a existência de ambos (FAIRCLOUGH, 2001).

O que, para nós, tornou-se atrativo na escolha da ACD foi a possibilidade de se fazer uma análise do discurso centrada na análise textual, sendo esta uma parte<sup>10</sup>, uma vez que o texto é uma materialização do discurso. Resumidamente, os discursos levantados a partir dos locais de estudo vão ser materializados em texto. Eles irão representar os aspectos da realidade territorial do PA estudado. Isso nos possibilitará ver os seus significados, a ligação com os contextos sociais em sua complexidade, as relações sociais dos participantes, as atitudes, valores, desejos e os contextos situacionais em que se desenvolvem os discursos (FAIRCLOUGH, 1989).

Para analisar os discursos levantados junto aos assentados, procuramos garantir que toda interpretação estivesse enraizada nas próprias entrevistas e com base na técnica de análise da ACD. Tal percurso metodológico visou analisar as *territorialidades discursivas*, a partir dos discursos das famílias assentadas no PA Independência. Esse processo teve por base três fases ou dimensões<sup>11</sup>: 1. descrição do discurso, 2. interpretação das palavras/frases/expressões do discurso e 3. explicação.

## **7. TERRITORIALIDADES E DISCURSOS ATIVOS NA CONQUISTA DO TERRITÓRIO DO PA INDEPENDÊNCIA**

A ocupação definitiva da Fazenda Independência, com a entrada de vinte e nove famílias no que hoje constitui o Projeto de Assentamento Independência ou Patativa do Assaré, ocorreu em 16 de dezembro de 2005. Para a conquista do território do PA e sua existência material, houve uma condição de persistência e mobilização de mais de 60 famílias, junto ao MST. Isso porque as primeiras ocupações aconteceram nos anos de 2003 e 2004, com ações

---

*abordagem que será útil particularmente para investigar a mudança na linguagem e que será útil em estudos de mudança social e cultural"* (FAIRCLOUGH, 2001, p. 19).

<sup>10</sup> Essa concepção da análise textual é confirmada por Caldas-Coulthard (2008), quando afirma que a orientação crítica da análise do discurso preocupa-se com o "*texto como algo que reflete o social e, pelo menos em parte, o constrói*" (CALDAS-COULTHARD, 2008, p. 35). O texto na ACD, internaliza, traz consigo os traços ou elementos da prática discursiva e social, traços do político, do ideológico, do econômico.

<sup>11</sup> Essas três dimensões têm por base o quadro metodológico da ACD, segundo Fairclough (1989): (1) descrição do texto, (2) interpretação da relação entre o texto e contexto e (3) explicação da relação entre interação e contexto social.



(algumas, mal sucedidas) nas Fazendas São Vicente, Varamé e na Fazenda Mauricéia, localizadas nas áreas rurais do município<sup>12</sup>. Como relatam alguns assentados em seus discursos:

Ocupei muitas fazendas! (Discurso assentado 1)<sup>13</sup>

Rapaz, a primeira vez que a gente entrou, a gente ficou ali na beira da pista pra entrar em [Fazenda] São Vicente [...] Ái viemo praqui, ocupar essa [Fazenda Independência]. Viemo ocupar essa aqui [...] E batemo, batemo e entremo aqui. Daqui foi um bucado pra [Fazenda] Varamé e outro ficou aqui (Discurso assentado 2).

Ocupemo lá [Fazenda São Vicente]. Teve dois despejo lá (Fazenda São Vicente). Ocupemo [Fazenda] Varamé. Não teve despejo. Ocupemo aqui [Fazenda Independência]. Teve doi despejo. E fiquemo insistino (Discurso assentado 3).

Eu entrei no primeiro dia. Primeiro foi na pista aqui [PE-90]. Depois fumo pra [Fazenda] São Vicente. Depois de São Vicente, fumo pra [Fazenda] Lagoa de Pedra, lá em Lagoa Rasa. Depois viemo praqui e aqui entramo dua ou foi trei veze (Discurso assentado 4).

Já ocupei muita fazenda! Aqui em Passira todas elas foi ocupada por a gente. Sempre o mesmo grupo de família (Discurso assentado 5).

As *palavras/frases/expressões* destacadas acima mostram o que geralmente acontece com relação às ocupações em espaços rurais no país: famílias camponesas que lutam em torno de movimentos sociais sofrerem de duas a três ordens de despejo ao tentarem entrar no território dominado pelo latifúndio<sup>14</sup>. Processo que se deu com uma tendência de ocupações, despejos e reocupações, estabelecendo, com isso, uma sucessão de vitórias e derrotas.

Para as famílias hoje assentadas, essa experiência da espacialização da luta pela terra foi de grande dificuldade, devido a vários problemas vivenciados por elas, tais como: fome, insegurança, incertezas e falta de recursos para permanecerem na terra. Assim, afirma um assentado:

Já passamo dificuldade, passamo muito tempo debaixo da lona preta, dormindo mal dormido, comendo mal comido, sendo perseguido por pistoleiro do fazendeiro. Agente passamo por toda essa dificuldade (Discurso assentado 1)

---

<sup>12</sup> Segundo informações levantadas junto à CPT, não houve nenhuma ocupação efetuada na Fazenda São Vicente. Porém, como essas ocupações sucedem-se com uma velocidade muito intensa, muitos dados podem não ser computados na mesma intensidade e velocidade.

<sup>13</sup> Como se trata de fala dos “*pesquisados*”, vamos dar destaque a essas informações verbais, mesmo se as citações apresentarem um número de linhas menores que a colocada dentro da normatização da ABNT. Os mesmos serão identificados por números, sendo omitido seus nomes.

<sup>14</sup> Com relação às ordens de despejo, não há um consenso entre as famílias assentadas. Entende-se que esse problema é fruto da não participação de todas as famílias nas várias ocupações existentes na região, algumas entraram no movimento após certas ocupações ocorridas. Sente-se aqui imprecisão com relação também a essas informações.

Os despejos foram recorrentes e percebidos como pontos negativos para alguns participantes, devido ao constrangimento e à impossibilidade de permanecerem na terra para trabalhar e viver com suas famílias:

*Teve! Tivemos aqui doi despejo!* A polícia tirou noi daqui e depoi butou noi aqui! (Discurso assentado 1).

Fumo pra lá, de lá bateu, bateu, bateu e *teve o despejo* (Discurso assentado 2).

Com efeito, apesar da causa ser justa – a luta por terra de trabalho – as famílias tiveram que ter muita perseverança e coragem, pois a violência contra os ocupantes e acampados foi muito grande. A ação de pistoleiros marcou os primeiros momentos das ocupações. Inclusive, nas ações que se estabeleceram em torno da Fazenda Independência, criando momentos tensos de confronto entre as famílias e esses tidos seguranças da fazenda:

*Aí teve bala* ali nos tanque. *O gerente daqui atirou. Lá [Fazenda São Vicente] teve bala.* Atiraram em Reginaldo [dirigente do MST na região]. E quando chegou aqui, *o gerente atirou* em Lui Afonso lá no tanque [...] *Deram um tiro aqui em baixo*, só via o povo ali do lado de lá dentro da palma veia (Discurso assentado 2).

Daí concordarmos com Feliciano (2006), quando afirma que o ato de querer participar de ocupações está fortemente ligado ao medo e a insegurança nos indivíduos:

[...] uma ocupação está ligada, em nosso entendimento, ao sentimento de medo. O medo de ficar e/ou de ir. O medo de não dar certo de ser estigmatizado, de ocorrerem atos violentos, de não estar preparado, e o medo de ficar nas condições precárias em que se encontra (FELICIANO, 2006, p. 104).

Medo relatado por alguns assentados:

*Mai era perigoso, enfrentemo muito pistoleiro pra puder conseguir isso aqui!* Muitos tinham coragem de enfrentar, agora *muitos desistiram com medo!* E eu não desisti não! A minha mulé falava: “*É muito perigoso, tem pistoleiro!*” e eu dizia: “A gente um dia vai morrer mesmo, *mai morrer de medo eu não morro não!*”. Aí eu enfrentei e ganhei a terra! E no tempo fui procurado por pistoleiro (Discurso assentado 1).

[...] *um bucado desistiu* [...] *Era perigoso!* Não era muito bom não, *era muito perigoso!* *Num lugar que sai bala não é fácil não* [...] *eu cheguei a pensar em desistir!* Eu cheguei a pensar! *Quando eu vi o povo levar tiro. Eu pensei em desistir!* (Discurso assentado 2).

O resto tudinho abriu! *Criaram medo! Teve um tiroteio lá.* Foi baleado gente! Teve um tiroteio aqui, foi baleado gente! *Aí ficaram com medo e se afastaram!* Aí a gente continuou! (Discurso assentado 3).

Inclusive, é válido destacar as ações violentas desencadeadas pela força policial:

*Mas muitas vezes eu tinha até medo da polícia quando ela chegava lá pra butar a gente pra correr.* Eu tava em São Vicente e chegou mais ou meno

umas oitenta polícia. Cada negão, cada cachorrão deste tamanho! Levei uma pancada que quase que perdia o sangue todinho. A bala cobria, o fogo cobria e a gente lá. (Discurso assentado 4).

Segundo os assentados, foram mais de 60 famílias participantes dos processos de ocupações, porém, somente as vinte e nove permaneceram acampadas na Fazenda Independência, informações que coincidem com os dados do CPT e do INCRA. Todas participaram das ocupações e da formação e continuidade da luta a partir dos acampamentos desta fazenda. A própria condição habitacional refletia essa vida muito difícil. Os primeiros barracos do acampamento eram as tradicionais “lonas pretas” das ocupações do MST:

Sempre nós começa dentro de uma acampamento, debaixo de uma lona preta [...] (Discurso assentado 4).

Ali não fazia nada para não ir preso! Era esperar a feira do MST com feijão, arroz e farinha e ficar debaixo da lona preta! (Discurso assentado 5).

Com a ocupação e formação de fato do acampamento na Fazenda Independência, os barracos passaram a ser feitos de barro, com pedaços de madeira e telhados velhos, chamados de “casa de taipa”, não mudando muito as dificuldades e precariedade quanto à condição de vida das famílias acampadas.

As famílias estavam organizadas em três grupos: dois grupos de dez famílias e um de nove, que dividiam as tarefas durante a semana. Cada grupo era responsável por uma determinada atividade (limpeza, organização das famílias, vigília, entre outras atividades). A vigília era, no início, a atividade mais importante e que requeria mais atenção dos acampados. Durante todas as noites ficavam, pelo menos, cinco pessoas responsáveis pela vigília do espaço, numa tentativa de manter a segurança, evitando qualquer possibilidade de ação por parte de pessoas contrárias ao movimento.

Essa organização inicial foi muito importante e permitiu a formação de uma consciência em torno da luta pela terra, uma vez que as ocupações e os acampamentos desencadearam um processo de socialização política (FERNANDES, 1999), numa perspectiva de formação de uma coletividade:

Aqui, quando nós estava tudo ali debaixo da barraca de lona, todo mundo se chamava de companheiro e meu irmão. Era meu irmão e meu companheiro! (Discurso assentado 3).

Estes foram os espaços da solidariedade, do entrosamento, ao mesmo tempo em que foram construindo uma identidade social pautada no companheirismo. Daí, a expressão “companheiro” representava um estágio onde todos se identificavam como iguais, reconhecendo no outro a condição de sujeito que foi explorado e que poderia mudar a sua condição de vida atuando em conjunto e com bastante determinação na busca de um futuro territorial diferente.

Dessa maneira, as ocupações e os acampamentos representaram “espaços de socialização” ao permitirem entre os indivíduos conhecer e aprender várias dimensões da luta pela terra, a partir das primeiras vitórias e derrotas:

*A gente passou por situação difíci! Quem entra aqui nos sem-terra sabe. Agora, quem fica fora não sabe das dificuldade, só quem sabe é quem veve dentro do movimento* (Discurso assentado 1).

Ao mesmo tempo, esse foi o momento em que os indivíduos construiriam um espaço de resistência e de luta, mas também, mostram-se ao público. Assim, confirma Feliciano (2006):

Ocupando, é dessa forma, os trabalhadores sem-terra vêm a público, dimensionam o espaço de socialização política, intervindo na realidade, construindo o espaço de lutas e resistência, quando ocupam a terra ou acampando nas margens das rodovias (FELICIANO, 2006, p. 271).

Por isso, ações de ocupações e a formação dos acampamentos desencadeados pelas famílias em Passira, principalmente, na Fazenda Independência, em razão da sua proximidade com o centro urbano, causaram impactos socioterritoriais no âmbito da vida política local. Impactos ligados a posicionamento e opiniões a favor ou contra as ações por parte da população do entorno. No período, criou-se um ambiente de hostilidade com relação aos habitantes locais. Boa parte da população que morava próxima à fazenda discriminava as famílias acampadas, taxando-as de ladrões, vagabundos e invasores<sup>15</sup>. O que demonstrava repúdio e descrédito com relação às ações do MST. Sobre o assunto, afirma um assentado:

Como é meu amigo que lutei, sofri, passei fome, *leveí nome de ladrão, leveí nome de cabra safado, leveí nome de mundaça pra conseguir isso aqui* (Discurso assentado 3).

[...] enfrentando sol e chuva, numa BR, *e não vem ninguém pelo meno pra dá uma força a gente* (Discurso assentado 4).

Pautados nesses discursos, observamos a importância da organização e da mobilização social desse grupo de indivíduos que se encontravam precariamente incluídos na sociedade, na medida em que as famílias passam por novas experiências de ressocialização e de inclusão, a partir da atuação, junto ao MST. Por isso, como resultado das ocupações, a conquista do assentamento representou a persistência e a materialização da luta pela terra, mas também, uma ruptura com a vida anterior, o que permitiu aos camponeses passar da condição de expropriados pela renda da terra e sem-terra, para a de proprietários de terra.

Nessa perspectiva, é importante destacar que o trabalho de base do MST como um conjunto de ações que permitiu o contato das famílias camponesas com a sua realidade de

---

<sup>15</sup> Levanta-se a hipótese de que essas ações discriminatórias da população do entorno está ligada ao próprio contexto sociocultural da região. Ou seja, a forte herança do coronelismo e do clientelismo na área pode ter influência na mentalidade e no discurso contrário às ações dos camponeses junto aos movimentos sociais.

expropriado, apresentando novos caminhos de mudança, como também, apresentando o próprio movimento. Nesse sentido, após serem questionados com relação à conquista do território do PA, os assentados mostram um consenso, uma unanimidade ao afirmar em seus discursos que não haveria conquista da terra sem a mediação do movimento. Ficando clara a posição de que sem a “ajuda” do movimento não haveria “terra”:

*Não! De jeito nenhum! Sem o movimento, não!* (Discurso assentado 2).

Por isso, o processo de formação e de realização das ocupações passa (e no caso específico de análise, passou) inicialmente pela formação do espaço comunicativo (FERNANDES, 1999). Esse espaço se forma a partir do trabalho de base do movimento, num processo que se estabelece nas comunidades locais e/ou nas periferias das cidades. O que permite a construção de experiências, a troca de informações dos indivíduos nos seus lugares de vida e o contato do camponês com o movimento e com a luta mediada por este. Possibilitando o início do processo de socialização política da luta pela terra,

A espacialidade é um processo contínuo de uma ação na realidade, é o dimensionamento do significado de uma ação. Desse modo, as pessoas do próprio lugar iniciam o trabalho de base porque ouviram falar, viram ou leram sobre ocupações de terra, ou seja, tomaram conhecimento por diferentes meios: falado, escrito, televisivo, etc. E assim iniciam a luta pela terra construindo suas experiências (FERNANDES, 1999, p. 271).

Para tal, um assentado destaca claramente como ocorreu o contato dele com o movimento e de que forma o MST abordou e começou a atuação junto aos camponeses do PA Independência:

Eu conheci o movimento assim: o primeiro acampamento daqui foi feito ali na beira da estrada na fazenda de Carlinho. Nessa época eu morava em Pedra Tapada, tinha uma barraquinha em Pedra Tapada, e trabalhava na fazenda São Vicente. Butei um roçado lá, em 2003. Um roçado muito bom. Três hectare de terra. E numa tardzinha vejo vindo dois cara numa moto. E eu fiquei assustado. Eu já fui administrador de fazenda e administrador de fazenda tem os seus porque. E chegaram doi cidadão [citou os nomes]. E chegaram lá e começou a fazer umas pergunta comigo. Tudo bem. Eu sabia que a fazenda lá tava processada no INCRA desde de (19)70. Ai eu fui e contei a eles. E eu contei dessa [Independência] também. Essa tava processada porque o dono queria se desfazer dela. Que o dono daqui foi o dono de [da Fazenda] Engenho Pinto que é assentamento também. Aí eu contei essas história a esses doi cara. E esses doi cara foi embora e quando foi com quatro dia chegaram lá em casa pra fazer um levantamento de quem queria ser um assentado. Aí foram vinte e poucas pessoas lá de Pedra Tapada. Butaram meu nome (Discurso assentado 3).

Esse trabalho de aproximação de dirigentes do movimento junto aos camponeses locais e da troca de informações possibilitando o engajamento de muitas famílias no MST, desencadeou nas ocupações realizadas nas fazendas do município. Ações que duram alguns anos: Foi de 2003

a 2005. *Três ano!* (Discurso assentado 3); e permitiram o contato dos camponeses de Passira com indivíduos de outros municípios que já vivenciaram e vivenciavam a luta pela terra. Fato que observamos no discurso de um assentado, quando este afirma ter conhecido o movimento através de dirigentes que atuavam no município de Caruaru e que passaram a ter ações nas fazendas locais:

*Através de Caruaru* [dos representantes do movimento com sede em Caruaru] que convidou eu pra entrar, aí eu disse: eu vou entrar (Discurso assentado 4).

Outro fator preponderante e que permitiu a participação das famílias de camponeses do PA Independência junto ao MST foi a falta de oportunidades de trabalho na cidade e a busca (ou o sonho) de ter um pedaço de terra para trabalhar. Esses aspectos tornaram os indivíduos mais sensíveis à participação nas ocupações e nos acampamentos, justificando suas escolhas:

Na época eu tinha um pequeno comércio ali na rua, aí chegou um colega meu e perguntou: Rapaz a gente tá no movimento sem-terra e te chamo tu pra mó de tu participar do movimento também. Aí vai sair terra, sai projeto e é bom! Aí eu disse: Meu amigo, eu vou, bora ver o que é que dá! (Discurso assentado 1).

*Ele* [dirigente do movimento] chegou fazendo reunião, dizendo que ia ocupar a fazenda, que ia assentar um bucado de gente. Se não desse pra assentar nessa fazenda ia pra outra fazenda. Ia ter um pedacinho de terra pra trabalhar. Aí eu entrei! (Discurso assentado 2).

Inclusive, esse contato inicial permitiu que muitos camponeses conhecessem, de fato, o que é o movimento sem-terra:

*Eu não sabia nem o que era esse movimento*. Eu nunca havia ouvido falar em sem-terra. Aí ele [dirigente] disse: Vamos rapaz, depois que você estiver lá, você passa a ter conhecimento! (Discurso assentado 4).

Esse contato abriu a oportunidade de colocar na vida dessas famílias um conjunto de palavras que compõem até hoje o seu cotidiano: luta pela terra, ocupações, acampamentos, assentamentos, reforma agrária. Assim, confirma um assentado em dois momentos em seu discurso:

E o movimento (MST) convidou a gente pra ir para uma terra. Sempre falando em Reforma agrária. Aí a gente fez um grupo de família, ajuntamo o grupo, e ocupamos as terra [...] (Discurso assentado 4).

A gente faz acampamento em estrada, a gente faz acampamento dentro das fazenda já pra lutar e vê se existe reforma agrária do jeito que eles fala (Discurso assentado 4).

Por isso, observamos nas análises uma série de discursos ativos das famílias assentadas no PA Independência, a partir da espacialização e territorialização da luta pela terra.

Principalmente, por verem nesses ações uma possibilidade concreta de transformação da realidade vivida anteriormente.

Nesse aspecto, concordamos com Fernandes (2000), quando afirma que por meio das ocupações o camponês sem-terra pode chegar mais perto da realização de seu sonho: ter um pedaço de terra, o que permite a busca por novas formas de resistência e de alcance da cidadania e da inclusão social. Assim, afirma Fernandes (2000):

A ocupação é uma realidade determinadora, é o espaço/tempo que estabelece uma cisão entre o latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço da luta e resistência, representa fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado (FERNANDES, 2000, p. 19).

Assim, a participação nas ocupações possibilitaram às famílias assentadas o acesso real à terra para trabalho:

Eu decidi porque eu tinha vontade de pegar um pedaço de terra pra trabalhar, de ser agricultor! Aí eu decidi! (Discurso assentado 1).

Tinha que ir atrás de um pedaço de terra para trabalhar. Eu queria um pedacinho de terra pra trabalhar (Discurso assentado 2).

[...] eu queria terra! Meu prazer era ter terra pra criar! Meu prazer era esse! E hoje eu vivo aqui dentro! (Discurso assentado 4).

O que fez das ocupações, na maioria das vezes, a única alternativa e saída para o camponês:

Porque era pobre e não tinha outra alternativa. (Discurso assentado 2).

Dessa maneira, a construção do que venha ser o território do assentamento Independência é também resultado das ações, do aprendizado e da assimilação desta etapa, pois foi nesta fase que se iniciou a busca pela cidadania e melhores condições de vida por meio do trabalho no território conquistado:

Porque só quem tem as coisas é quem trabalha e luta! A luta e o trabalho é quem faz a frente! (Discurso assentado 1).

Daí porque muitos verbalizam e lembram das dificuldades vividas nesse período:

Sofri muito pra chegar até aqui! [...] Pra voltar o que era, Deus me livre! Porque eu queria terra! Meu prazer era ter terra pra criar! Meu prazer era esse! E hoje eu vivo aqui dentro! (Discurso assentado 4).

A luta foi grande! Pra gente chegar a dizer que hoje é um assentado a gente sofreu muito! (Discurso assentado 4).

Porém, mesmo diante de tantas dificuldades, desistir e abandonar as ocupações eram as condições descartadas por muitos. Desistir era perder a oportunidade de ter terra:

Várias gente desistiu! Agora, eu mesmo não desisti não! Porque eu butei na minha cabeça que eu topava tudo (pela terra)! Mesmo com pistoleiro! Eu topava tudo! Porque quem desistiu não ganhou! (Discurso assentado 1).

Eu só não desisti porque queria uma terra! Eu queria um pedaço de terra pra trabalhar! Bateu, bateu, bateu, até que noi ganhamo a terra (Discurso assentado 2).

Nesse sentido, o PA representa a materialização da luta pela terra. Por isso, as ações em torno das ocupações e da organização dos acampamentos foram pontos de partida nesse processo de inclusão socioterritorial. Ao mesmo tempo, hoje, o assentamento Independência é o território que permite a continuidade e novas conquistas. É no e a partir desse território que acontecem ações, vitórias e processos de participação ativa e/ou passiva dos assentados. Tornando-o reflexo, mas também, instância social, já que as ações das famílias assentadas vão acontecer a partir dele, permitindo a construção de novas territorialidades ativas e novos discursos.

## **8. PARA NÃO CONCLUIR: OS DISCURSOS ATIVOS E FORMAÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL LOCAL NO PA INDEPENDÊNCIA**

A ocupação de terra é um processo socioespacial que tem por objetivo central a conquista do território do PA, tornando-se, nesta fase inicial, um conjunto de ações coletivas que se dá a partir da organização e mobilização de diversas famílias que buscam inclusão social (FERNANDES, 1999). Isso faz das ocupações verdadeiros espaços de esperanças (MST, 2010), possibilitando a formação de um território da unidade camponesa (FERNANDES, 1999). O que permitiu a construção de *discursos ativos* em torno do processo inicial de apropriação concreta e simbólica do território do PA Independência.

Por isso, a organização e formação inicial dos territórios dos PA, a partir das ocupações das fazendas do município de Passira, permitiu às famílias assentadas práticas territoriais que tomavam por base a coletividade:

No início as família são unida. [...] No período da ocupação era todo mundo unido (Discurso assentado 1).

Nos acampamentos eram mais unida! (Discurso assentado 4).

Era todo mundo junto, todo mundo batalhava junto. (Discurso assentado 5).



As *palavras/frases/expressões* destacadas acima nos permitem observar a capacidade de ligação ou união estabelecida entre as famílias no processo de conquista do território em que todos apresentavam a mesma identidade:

No começo, todo mundo era igual porque a gente não tinha terra  
(Discurso assentado 1).

É essa identidade que permita as famílias a existência de ações territoriais com forte caráter de coletividade:

Quando a gente queria fazer as coisas, sobre uma cobrança que a gente fosse fazer em qualquer custo junto do INCRA ou do Palácio do governo, onde a gente fosse cobrar alguma coisa, saia algumas pessoas pra resolver  
(Discurso assentado 3).

Por isso, afirmamos que estas ações possibilitaram a construção de uma *identidade territorial local* (GOVERNA, 2005), em que a união de interesses e objetivos tornaram-se comuns e estabeleceram (inicialmente) uma “*unidade*” (DEMATTEIS, 2005) em torno do PA. Foi esse processo que, de fato, permitiu fazer do PA uma “*construção social*” (GOVERNA, 2005), a partir da perspectiva de ser o território um espaço para a mobilização e interação do grupo: “*I territori locali sono quindi ‘costruzioni sociali’ che derivano dalla mobilitazione dei gruppi, degli interessi e delle istituzioni territoriali, in un processo collettivo in cui le interazioni fra soggetti prendono varie forme: il confronto, la cooperazione, il conflitto*” (GOVERNA, 2005, p. 54).

Nesse sentido, com ações em torno das ocupações e territorialidades que buscavam a construção e efetivação do território do PA, os assentados tornaram-se sujeitos ativos, fazendo emergir da luta pela terra uma perspectiva de “*comunità*” (DEMATTEIS, 2005):

Era meu irmão e meu companheiro! (Discurso assentado 1).

Isso permitia que o assentamento tornasse território com forte interação e com identidades locais, isto é, com “*riferimento identitario ai luoghi*” (GOVERNA, 2005, p. 54). Pautados na imagem de um sujeito que passa de “*sem-terra*” a “*com-terra*”, os assentados vislumbravam uma realidade diferente da vivenciada anteriormente e construíam novas experiências que afirmavam a capacidade de união e convergência de objetivos nesse período inicial:

Pra pegar a terra fica tudo unido [...] são tudo unida pra trabalhar [...] são tudo unida pra trabalhar (Discurso assentado 1).

[...] quando nós estava tudo ali debaixo da barraca de lona, todo mundo se chamava de companheiro e meu irmão (Discurso assentado 3).

## 9. REFERÊNCIAS

- DEMATTEIS, Giuseppe. Il territorio nello sviluppo locale: Il contributo del modelo SLOT, in DEMATTEIS, Giuseppe; GOVERNA, Francesca (a cura di). *Territorialità sviluppo locale, sosteibilità: il modello slot*, Franco Angeli, Milano, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo*. 2º ed, São Paulo: Hucitec, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- FELICIANO, Carlos Alberto. *Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. New York: Longman, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 21ª edição, Edições Loyola, São Paulo, 2011.
- GOVERNA, Francesca. Sul ruolo attivo della territorialità di Francesca Governa, in DEMATTEIS, Giuseppe; GOVERNA, Francesca (a cura di). *Territorialità sviluppo locale, sosteibilità: il modello slot*, Franco Angeli, Milano, 2005.
- MAGNAGHI, Alberto. *Il progetto locale: verso la coscienza di luogo*, Bollati Boringhieri, Torino, 2010.
- MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- MORAIS, Hugo Arruda de. *Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais em Passira-PE: mudanças efetivas na condição de vida das famílias assentadas*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. *MST: Lutas e conquistas*. Publicação da Secretaria Nacional do MST. São Paulo, 2010.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. 4ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. 3º ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- STEDILE, Joao Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

Artigo recebido em: 15/11/2016

Aceito em: 02/12/2016